



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE ARTES  
PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA – LICENCIATURA EM TEATRO

Jacira Alves Barbosa

**TEATRO E INCLUSÃO DE JOVENS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS:  
Conquistas e Desafios**

Brasília/DF  
2013

Jacira Alves Barbosa

**TEATRO E INCLUSÃO DE JOVENS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS:  
Conquistas e Desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa Pró-licenciatura de Teatro da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Licenciado(a) em Teatro, sob orientação da Profª Ms. Sanântana Vicêncio.

Brasília/DF  
2013

Jacira Alves Barbosa

**TEATRO E INCLUSÃO DE JOVENS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS**

**ESPECIAIS:**

**Conquistas e Desafios**

Trabalho de conclusão de curso aprovado, apresentado a UnB – Universidade de Brasília ao Departamento de Artes Cênicas como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Teatro, com nota final igual a \_\_\_\_\_, sob orientação da Professora Mestre Sanântana Vicêncio.

---

Professor \_\_\_\_\_

---

Professor \_\_\_\_\_

---

Professor \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013

A minha família,  
pelo incentivo e apoio incondicional durante todo esse percurso.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me dar força interior e coragem para concluir este curso, e pela perseverança em não ter desistido.

Agradeço também aos colegas pela pacífica e engrandecedora convivência e a todos os professores por desempenharem um papel brilhante no decorrer desta graduação, especialmente a Orientadora Professora Mestre Sanântana Vicêncio.

Agradeço a minha família pelo apoio, confiança e paciência neste percurso ao qual me dediquei a esse processo de ensino e aprendizagem.

Especialmente a minha mãe Maria de Lourdes que aguardou ansiosa por este momento, meus filhos Bruna Luysa e Daniel Victor e meu marido Domingos Antonio que diariamente, numa demonstração de amor e amizade, me apoiou incondicionalmente.

## RESUMO

O presente trabalho analisa diante de uma prática inclusiva a importância do teatro para o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais como um valioso recurso viabilizador da autonomia, motivação e interação no processo ensino e aprendizagem.

Para tanto, objetiva-se discutir a perspectiva de aprendizado por meio do teatro na inclusão educacional de alunos com necessidades especiais, reforçando aspectos legais que impulsionaram a mudança no ensino no âmbito da inclusão, e a experiência de grupos teatrais que utilizam o teatro como meio de garantir o acesso à aprendizagem e ao conhecimento, e primam pelo rompimento dos bloqueios causados pelo preconceito.

Diante desta abordagem, surgiu a escolha de abordar o teatro e a inclusão de jovens com necessidades educacionais especiais numa perspectiva de conquistas e desafios para a conduta do professor em sala de aula.

Palavras-chave: Prática inclusiva. Necessidades educacionais especiais. Ensino e aprendizagem. Teatro. Professor.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Abordagem teatral em Língua de Sinais.....	28
FIGURA 2 - Peça "O canto de Bento" .....	30
FIGURA 3 - Encenação na Escola Classe Lobeiral.....	32
FIGURA 4 - Grupo de Teatro Cia Arte & Silêncio.....	33
FIGURA 5 - Grupo de Teatro Cia Arte & Silêncio.....	34
FIGURA 6 - Grupo PÉS?.....	35
FIGURA 7 - Grupo PÉS?.....	36

## LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica  
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
IdA/UnB – Instituto de Artes da Universidade de Brasília  
INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
MEC – Ministério da Educação  
NEE – Necessidades Educacionais Especiais  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PNE – Plano Nacional da Educação  
PNEE – Portadores de Necessidades Educacionais Especiais  
Seesp/ MEC – Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization  
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
Capítulo 1: O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL?.....	14
1.1 Breve retrospectiva do ensino especial no Brasil.....	16
a) Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	17
b) Declaração de Jomtien.....	18
c) Declaração de Salamanca.....	18
d) Constituição Federal de 1988.....	18
e) Estatuto da Criança e do Adolescente.....	19
f) Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	19
g) Plano Nacional da Educação.....	20
h) Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.....	20
Capítulo 2: O TEATRO COMO FORMA PROPICIADORA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	23
2.1 Papel do Professor.....	26
Capítulo 3: GRUPOS TEATRAIS ESPECIAIS – Exemplos de superação.....	33
3.1 Companhia Arte & Silêncio.....	33
3.2 Grupo Pés?.....	35
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da necessidade de combater práticas discriminatórias com relação aos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEEs), o Brasil tem definido políticas públicas e criado instrumentos legais para garantir tais direitos. A transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos.

O objetivo deste trabalho é colaborar com a educação especial de forma a analisar a influência do teatro para a capacitação do jovem com necessidade educacional especial, bem como, sua valiosa contribuição para viabilização da autonomia, motivação e interação para uma efetiva participação e integração social. Dessa forma a arte tem muito a contribuir para a autonomia do cidadão, pois se relaciona com as demais áreas do conhecimento propiciando o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, de modo a desenvolver a sensibilidade, a percepção e a imaginação abrindo perspectivas para a compreensão de si e do mundo de modo a transformar sua existência.

Deste modo, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Identificar o que é Educação Especial refletindo sobre aspectos legais que impulsionaram a mudança no ensino quanto à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.
- Refletir sobre a contribuição do teatro para a inclusão de jovens com necessidades educacionais especiais em prol da viabilização da autonomia, motivação, interação e integração social destes alunos.
- Reconhecer o papel do professor no processo de intermediação da experiência teatral no âmbito educacional formal.
- Identificar grupos teatrais especiais como exemplos de superação propondo inspiração para ações que favoreçam a inclusão no âmbito da própria escola.

Diante desta proposta, busca-se identificar como a arte possibilita ao professor uma contextualização em prol do exercício da cidadania dos jovens com necessidades especiais. Partindo destes pressupostos, e devido ao meu interesse pessoal pelo assunto, pois trabalho com PNEEs há aproximadamente seis anos, foi

que escolhi a temática que aborda o teatro e a inclusão de jovens com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva de conquistas e desafios para este TCC.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Paulo Freire, “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1999, p. 110). O que nos leva a entender que o ato de ensinar deve refletir as necessidades e expectativas em prol de uma educação de qualidade, considerando as especificidades do indivíduo.

Diversos estudos no campo da educação modificaram conceitos, legislações e práticas pedagógicas promovendo a reestruturação do ensino regular e especial em prol de uma educação de qualidade para todos.

Um longo caminho foi percorrido até as atuais conquistas com relação à inclusão. Na década de 1950 surgiram às primeiras escolas especializadas e classes especiais, predominando uma concepção assistencialista quanto ao atendimento de alunos com deficiência, somente em 1970, surgiu uma nova proposta voltada para integração dos alunos com deficiência que permitia o acesso às classes comuns, entretanto, esta proposta não concretizava ainda a oferta de condições para os alunos alcançarem o sucesso escolar. Nas décadas seguintes (1980 e 90) iniciou-se uma proposta inovadora onde os sistemas educacionais não somente receberiam estes alunos, mas seriam responsáveis por criar condições de promoção de uma educação de qualidade fazendo com que as adequações atendessem às especificidades de cada um, com intuito de mudar a condição de integração desde a década de 70.

Surge em 1994 o conceito de “Necessidades Educacionais Especiais” (NEE), na Declaração de Salamanca, redefinindo a abrangência do atendimento educacional especializado às necessidades especiais, contemplando todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências, mas também com altas habilidades/superdotação, crianças de rua, crianças de população remota ou nômade, crianças de minorias étnicas ou culturais e crianças de grupos ou áreas desfavorecidos com necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994).

Nessa perspectiva, a Declaração de Salamanca traz uma nova concepção quanto ao atendimento às necessidades especiais, onde sugere uma pedagogia que atenda a todos conforme a necessidade das especificidades de cada um.

Nesse contexto, a educação inclusiva favorece não somente as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, pois ressalta a importância do tratamento individual recusando a homogeneização de alunos conforme critérios que não respeitam as especificidades humanas.

Sendo assim, observo que a contextualização por meio da arte possibilita resultados positivos quanto à evolução acadêmica dos alunos com necessidades educacionais especiais, visto que proporciona a interação e a troca de experiências de forma sistemática, autônoma e crítica.

No entanto, para refletir sobre a questão da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, vale mencionar os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Arte (PCN-Artes) que estabelece que o teatro “tem como fundamento a experiência de vida: ideias, conhecimentos e sentimento. A sua ação é a ordenação desses conteúdos individuais e grupais” (1997, p. 83). Diante da necessidade de reforçar a importância do teatro para a inclusão da pessoa com necessidade especial, vale mencionar que o PCN enfatiza o ensino e a aprendizagem de conteúdos que colaboram para a formação do cidadão, buscando igualdade de participação e compreensão sobre a produção de arte, de modo a promover a formação artística e estética do aprendiz e a sua participação na sociedade (1997, p. 55).

Nesta pesquisa serão desenvolvidos três capítulos, no qual o 1º abordará o que é Educação Especial e fará uma breve retrospectiva do ensino especial no Brasil, com abordagens das principais legislações que nortearam a evolução do ensino especializado voltado para as deficiências. No 2º capítulo será enfatizado o teatro como forma propiciadora da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, ressaltando o papel do professor como viabilizador de uma aprendizagem. O 3º e último capítulo enfocará exemplos de grupos teatrais formados por pessoas com necessidades especiais como forma de demonstrar superação de preconceitos por meio da prática do teatro, dentre eles a Companhia Arte & Silêncio, do Rio de Janeiro e o Grupo Pés?, da Universidade de Brasília (UnB).

## CAPÍTULO 1: O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL?

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior.

Para tanto, a Secretaria de Educação Especial - Seesp/MEC, desenvolve programas, projetos e ações visando implementar no país a Política Nacional de Educação Especial para garantir a todos o acesso a educação de qualidade que prepare para a autonomia e o exercício da cidadania.

Desse modo, conforme a Política Nacional de Educação Especial:

“Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.” (MEC, SEESP, 2007)

A Seesp explica que os transtornos funcionais específicos podem ser a dislexia, a disortografia, a disgrafia, a discalculia, o transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que proclama: “A educação inclusiva é um

processo gradativo que permite aos sistemas de ensino se adequar a nova realidade educacional, construindo práticas institucionais e pedagógicas que garantam qualidade de ensino a todos os alunos” (MEC, 2006, p. 46).

Diante das perspectivas da educação especial, o respeito à diversidade deve ser estimulado por meio de ações de cidadania e exercício da alteridade, conceito este definido por Frei Betto (2010), frade dominicano e escritor, como o “ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença” e que utilizaremos como princípio neste trabalho. As especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, um incentivo ao respeito, à diversidade e construção de contextos sociais inclusivos.

A educação regular, e no seu âmbito a educação especial deve ser contemplada com um ensino que se reavalia constantemente, pautado pela reflexão, pois de acordo com MEC:

Ensinar é fazer parte de um sistema e trabalhar em diversos níveis a complexidade do espaço pedagógico e didático. As contradições atravessam a sociedade, o sistema educacional, a escola e as práticas individuais, sendo necessário que se promova, no espaço escolar, uma reflexão aprofundada sobre o processo de produção do conhecimento, que é, ao mesmo tempo, processo e produto, permitindo que sua compreensão seja ampliada para as questões curriculares, ajudando a definir o tipo de organização curricular que a escola deve adotar. (MEC, 2006, p. 52)

Por isso, considera-se que uma educação de qualidade deve envolver uma equipe pedagógica criativa, que busque metodologias alternativas de ensino, que possibilitem a todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, o acesso ao currículo e a autonomia para o exercício da cidadania.

Contudo, a escola precisa estar aberta às novas conquistas e desafios que fortifiquem e propiciem um ambiente acolhedor ao aluno, de forma a ampliar as possibilidades de evolução acadêmica e social, favorecendo seu desenvolvimento global tanto em aspectos cognitivos quanto afetivos.

Nesse sentido, vale ressaltar que nessa perspectiva as necessidades especiais não devem ser encaradas como limitações negativas de forma a segregar o aluno, mas sim como uma especificidade que pode contribuir para troca de experiências e para engrandecer e fortalecer o convívio humano, pois as

diversidades se mostram em qualquer relação interpessoal, e esta troca promove aprendizado e permite o exercício da tolerância e aceitação das diferenças.

### 1.1 Breve retrospectiva do ensino especial no Brasil

Com a necessidade de combater as práticas discriminatórias no sistema escolar, as reflexões a respeito da educação inclusiva têm se tornado cada vez mais intensas visando uma educação de qualidade para todos e livre de preconceitos.

Para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas é necessária uma reorganização das escolas e classes especiais, de modo a abranger perspectivas científicas e humanistas que vem sendo percebidas pelos pesquisadores.

A preocupação no Brasil, com as necessidades educacionais especiais teve início em 1854 com a criação de duas instituições atualmente conhecidas como Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação dos Surdos- INES. Outras instituições surgiram posteriormente contribuindo de forma expressiva para a evolução da educação atual, entre elas o Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Nesse período, utilizavam a expressão “excepcional” para referir-se a pessoas com deficiência, pois ainda não existia o termo “necessidade educacional especial” que surgiu 140 anos depois com a Declaração de Salamanca, que será abordada mais a frente.

Sete anos depois, o atendimento educacional às pessoas com deficiências passou a ser fundamentado pela Lei nº. 4.024/1961. Em 1973 criou-se o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, no MEC, impulsionando reflexões e ações educacionais visando melhorar o Ensino Especial. Contudo, ainda não se concretizara uma política pública de acesso universal à educação, já que as políticas especiais serviam somente para alunos com deficiência, limitando o atendimento aos alunos com superdotação.

Com a Constituição Federal de 1988, objetivando promover o bem de todos, sem preconceito de origem, etnia, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela, e quaisquer outras formas de discriminação, colocando a educação como um direito de todos e estabelecendo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como princípio para o ensino, então a Educação Especial progrediu. Posteriormente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçou tais

dispositivos, abrindo espaço para documentos, bem como a Declaração de Salamanca, comentados adiante.

A atual Lei de Diretrizes e Bases – LDB indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículo, método, recurso e organização específicos para atender às suas necessidades; incluindo a aceleração de estudos para os superdotados, definindo também o avanço em cursos e séries mediante verificação do aprendizado.

Toda essa evolução busca superar a dicotomia entre educação regular e educação especial. A partir do compromisso pela educação de qualidade livre de preconceitos, o atendimento educacional especializado é indicado para complementar todo o processo de aprendizagem do estudante, de modo a suprir as necessidades e atender às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, eliminando barreiras que costumam encontrar. Este atendimento deve ser realizado por profissionais com conhecimentos específicos e estar disponível em todos os níveis do ensino escolar e atender as peculiaridades de alunos com dificuldades de aprendizagem, sejam eles, diagnosticados com ou sem alguma deficiência sensorial, física ou motora e independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam apresentar.

A inclusão, nesse sentido, prima pela convivência humana que fortalece o crescimento pessoal e social, garantindo uma aprendizagem coletiva que beneficia a todos.

A seguir discorrerei sobre alguns documentos orientadores da inclusão, no âmbito internacional:

a. Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e surgiu a partir de uma conscientização sobre a necessidade de limitar ou controlar abusos cometidos contra os seres humanos. Ao assinar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se, entre outras coisas, com a transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos, de modo a reforçar que toda pessoa tem direito a educação.

b. Declaração de Jomtien

Em 1990 foi proclamada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia a Declaração de Jomtien. Nesta declaração, os países relembram que "a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro". Ao assiná-la o Brasil assumiu, perante a comunidade internacional, o compromisso de assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos.

c. Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca foi um acordo assinado por 88 governos e 25 organizações internacionais numa reunião realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 1994, em Salamanca na Espanha. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Defendeu pontos importantes no campo da educação que modificaram conceitos, legislações e práticas pedagógicas promovendo a reestruturação do ensino regular e do especial. Dentre os aspectos abordados, vale mencionar que todas as crianças tem direito a vida e cada uma tem suas características e necessidades próprias, por isso o sistema de ensino deve ser organizado e os programas devem atender a todas as necessidades naturais e especiais, a escola deve combater atitudes discriminatórias e integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, as quais devem ter acesso às escolas comuns.

A Legislação Brasileira também teve importantes marcos legais no que concerne à educação inclusiva, são eles:

d. Constituição Federal de 1988.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assumiu formalmente os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Garante expressivamente o direito à igualdade. Em seu artigo 205 aborda o direito de todos à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Reforça que não se pode excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, etnia, sexo, cor, idade ou deficiência.

e. Estatuto da Criança e do Adolescente

O ECA, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990 refere-se à proteção integral à criança e ao adolescente. Dispõe no artigo 3, que "a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade."

f. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

A LDB defende que o ensino especial fundamenta-se no respeito às peculiaridades, passando a ser dever constitucional do Estado. Em seu artigo 2 diz que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Art. 58 diz que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente":

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ele ainda classifica a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida a educandos com necessidades especiais e que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, visando atender às peculiaridades de cada um. Reforça no artigo 59 que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica.

g. Plano Nacional da Educação (PNE)

A Lei nº 10.172/01 aprova o PNE e dá outras providências. Ele estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, que dentre eles, destacam-se os que tratam do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios; padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais; formação inicial e continuada dos professores para atendimento às necessidades dos alunos; disponibilização de recursos didáticos especializados de apoio à aprendizagem nas áreas visual e auditiva; articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho.

h. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, nas quais manifesta o compromisso do país com "o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos". Esta Resolução representa um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade, na educação brasileira. Reconhece que não é o aluno que tem que se adaptar à escola, mas é ela que, consciente da sua função, deve colocar-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. A educação especial deve possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos propostos para sua educação.

Por isso, as iniciativas para uma educação de qualidade voltada para a inclusão de pessoas com necessidades especiais mantém uma expressiva abordagem quanto às técnicas e formas de se aplicar na prática o enfoque de uma educação de qualidade para todos. O MEC, por exemplo, possui publicações de livros, como: "Experiências Educacionais Inclusivas" (2008) e a coletânea "Saberes e Práticas da Inclusão" (2006), dentre outras que fazem algumas sugestões que visam favorecer e nortear o trabalho do professor em sala de aula. Neles constam ideias de como desenvolver ambientes propiciadores da autonomia frente à diversidade humana.

Contudo, observam-se ainda muitas dúvidas por parte das escolas e familiares quanto à efetiva inclusão de pessoas com necessidades especiais, em prol de lhes ofertar um ensino de qualidade e assertivo. Desde o acordo da Declaração de Salamanca muitas iniciativas inclusivas vêm ocorrendo, tanto no contexto educacional quanto social, podendo-se observar atualmente um grande esforço da população em geral para construção de uma sociedade cada vez melhor em questões de cidadania e igualdade de direitos.

Nessa perspectiva, o teatro vem proporcionando reflexões que contribuem para a renovação de ideias porque sua matéria prima é o ser humano, que é diverso e único por natureza. Assim, no teatro o contato com a diversidade se coloca como um pressuposto desta arte, que originalmente é interdisciplinar e coletiva.

Entretanto, infelizmente estas mudanças ainda não atingiram todos os sistemas educacionais. Pode-se observar que essas inovações vêm ocorrendo inicialmente na rede pública de ensino, pois nestas instituições faz-se cumprir diretamente as legislações vigentes, as quais obrigam à mudança de postura em virtude da conduta educacional com relação às necessidades especiais.

Ainda assim, com toda fiscalização e mobilização para a implementação de escolas verdadeiramente inclusivas, pode se observar o despreparo de alguns profissionais de educação, devido principalmente à falta da obrigatoriedade de todos os educadores possuírem curso sobre ensino especializado.

Atualmente o aluno com necessidade especial deve ser incluído em classe regular comum para cursar sua específica série ou ano do ensino fundamental e em seu turno contrário deve frequentar a chamada Sala de Recursos, que por sua vez possui obrigatoriamente um profissional especializado qualificado para desenvolver atividades adaptadas às necessidades especiais apresentadas. Estas salas não representam salas para reforço escolar, mas sim salas em que serão desenvolvidas atividades que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades importantes e fundamentais para a efetiva convivência na classe comum conforme a necessidade de cada educando especial.

Acontece que infelizmente nem sempre o professor da classe regular possui a mesma qualificação do professor da sala de recursos, o que de certo modo, pode ocasionar um déficit na conduta apropriada com relação ao trato especializado com este aluno.

É nesta condição que o teatro tem muito a contribuir para a inclusão, pois favorece a reflexão crítica da realidade, possibilitando uma reinvenção de sua condição de ser ativo socialmente. A criatividade coloca os alunos em condições igualitárias perante os demais.

Para tanto, o professor precisa estar preparado ou buscar aperfeiçoamento para lidar com essa mudança que só tem a contribuir positivamente para o crescimento, intelectual, social e pessoal de todos os alunos.

## **CAPÍTULO 2: O TEATRO COMO FORMA PROPICIADORA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.**

O teatro contribui para uma aprendizagem fortalecida com princípios que possibilitam a oportunidade de inclusão de pessoas com necessidades especiais, contribui para uma melhor qualidade de vida à medida que desenvolve o potencial de transformação, garantindo à flexibilidade necessária à evolução humana, afirma o “Manual de arte educação – Uma Dinâmica para o Desenvolvimento” publicado pela Federação Nacional das APAEs de Brasília/DF. De acordo com este manual:

“O teatro é incomensuravelmente mais vasto do que o palco. O teatro está em toda parte, dentro de nós e a nossa volta, misturando todos os nossos atos individuais a tudo que observamos objetivamente. O ato de dramatizar está potencialmente contido em cada um, como uma necessidade de compreender e representar uma realidade.” (p.79, 1999)

Todavia, um dos maiores desafios é pensar e avaliar a diversidade a partir de seus valores, de forma respeitosa de maneira a beneficiar o desenvolvimento do potencial artístico e da criatividade do aluno com necessidade educacional especial. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Arte:

“Apenas um ensino criador, que favoreça a interação entre a aprendizagem racional e estética dos alunos, poderá contribuir para o exercício conjunto complementar da razão e do sonho, no qual conhecer é também maravilhar-se, divertir-se, brincar com o desconhecido. Arriscar hipóteses ousadas, trabalhar duro, esforçar-se e alegrar-se com descobertas.” (1997, p. 35).

Pode-se observar uma relação entre os eixos norteadores do PCN de Artes, produção, fruição na abordagem da arte-educadora Ana Mae Barbosa, sobre a proposta triangular. A aprendizagem da pessoa com necessidade especial pode ser fortalecida pela relação com o fazer artístico, a apreciação e a construção de conhecimento crítico contribuindo para sua formação ativa. Conforme o PCN de Arte:

“Os três eixos estão articulados na prática, ao mesmo tempo em que mantém seus espaços próprios. Os conteúdos poderão ser trabalhados em qualquer ordem, segundo decisão do professor, em conformidade com o desempenho curricular de sua equipe.” (PCN, 1997, p. 56).

Esta proposta triangular contempla, em sua essência, os PNEEs, pois mesmo aqueles cujas limitações físicas ou psíquicas os impedem de participar ativamente de todas as aulas de teatro, ou mesmo aqueles educandos que não se sentem à vontade para se expor em apresentações artísticas, por exemplo, podem ainda aprender a contextualizar as obras ao assistir à produção dos colegas e tomar contato com a produção da comunidade. Esta abordagem se mostra inclusiva, pois não privilegia o fazer em detrimento do ver e contextualizar, dando iguais oportunidades de participação a todos os educandos.

O teatro fortalece a relação com o próximo, a partir do compartilhamento de descobertas, trocas, reflexões e análises quanto ao contexto histórico social ampliando as oportunidades de aprendizagem dos alunos. Na utilização do teatro, como ferramenta para a educação especial se abre perspectivas quanto à relação humana, que inegavelmente necessita de um alicerce baseado no respeito ao próximo, potencializando significativamente a relação, de modo a expandir a capacidade de relaciona-se com o outro, possibilitando uma mudança de postura a partir de reflexões em relação às diversidades existentes no meio escolar.

Para os PCN - Arte o ensino fundamentado pela arte “pode criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer a abertura à riqueza e à diversidade da imaginação humana.” (1997, p.19). Por meio da linguagem teatral o educando tem a possibilidade de explorar a linguagem corporal-cinestésica, a linguagem verbal e escrita, a interação com os outros, bem como desenvolver sua identidade por meio das vivências lúdicas de outras identidades experienciadas nas aulas de teatro. No teatro, o aluno, com ou sem necessidades especiais, tem a possibilidade de o ser outro, realizando por meio da imaginação ações e feitos dos quais ele seria, talvez, incapaz na vida real. Essa possibilidade de se transformar em outro e de realizar feitos incríveis por meio da imaginação, é extremamente importante para a construção de um adulto saudável, criativo e autônomo, pois a criança necessita experimentar a fantasia e brincar de ser o outro para delimitar os contornos de sua identidade, melhorar sua autoestima e aprender a distinguir a realidade da imaginação.

Ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno significa... garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais ou grupais com base em intenções próprias... os conteúdos da arte devem ser ensinados por meio de situações e/ou propostas que alcancem os modos de aprender do aluno e garantam a participação de cada um dentro da sala de aula. (PCN, 1997, p. 47).

Estas experiências de aprendizagens práticas, vivenciadas com a prática teatral, possibilitam à criança projetar-se em condições imaginárias que contribuem para o desenvolvimento e amadurecimento frente às diferenças. A experimentação de sensações e situações faz o aluno se perceber no outro e se identificar enquanto ser social.

Por entender que a atividade baseada na experimentação com estímulos que desenvolvam habilidades globais, favorece significativamente a aprendizagem do indivíduo, vale citar que o PCN de Arte menciona:

O teatro no ensino fundamental proporciona experiências que contribuem para o crescimento integrado da criança sob vários aspectos. No plano individual o crescimento das suas capacidades expressivas e artísticas. No plano coletivo, o teatro oferece, por ser uma atividade grupal, o exercício das relações de cooperação, diálogo, respeito mútuo, reflexão sobre como agir com os colegas, flexibilidade de aceitação das diferenças e aquisição de sua autonomia como resultado do poder agir e pensar sem coerção. (1997, p. 84).

O teatro, por favorecer a relação humana e possibilitar a reflexão crítica sobre ela, tem muito a contribuir para a convivência e respeito à diversidade. Nesse sentido, aguça a capacidade de comunicação com o próximo e com o meio, tornando-se um grande mecanismo de auto avaliação e entendimento das possibilidades de interação com a sociedade em geral, instigando também a vontade de mudança e reinvenção de sua atuação no meio social.

A troca de experiência por meio do teatro estabelece relações interpessoais que favorece o aluno com necessidade especial, pois o coloca em condições igualitárias quanto à dinamização de experiências socio culturais.

As experiências vivenciadas num contexto teatral promove a possibilidade de experimentar diferentes situações norteadas pela criatividade que interfere diretamente em questões relacionadas à interação comunicativa e expressões de sentimentos favorecendo uma participação igualitária no que se refere à exploração de temas de modo a estimular a busca de soluções para uma situação específica.

## 2.1 Papel do Professor

O atendimento educacional especializado à pessoa com necessidades educacionais especiais decorre de uma nova visão da educação especial e se apresenta como uma das condições para o sucesso da inclusão deste na esfera escolar. Este tipo de atendimento visa suprir as necessidades e atender às especificidades dos alunos com necessidades especiais em prol de eliminar barreiras que afetem o desenvolvimento do indivíduo.

Neste caso, o professor exerce um papel fundamental para o desempenho do aluno, a partir de desenvolver adequações que respeitem as especificidades individuais de cada um, mediando este processo, encorajando a mudar o cenário de preconceitos quanto ao processo de ensino e aprendizagem de pessoas com necessidades especiais. A arte educação exerce uma função nesta perspectiva ao se relacionar com as demais áreas do conhecimento, levando o aluno a estabelecer relações intelectuais, físicas e motoras fortalecidas pela autonomia e pelo desenvolvimento de potencialidades.

Diante desta perspectiva o professor que possibilita o teatro em sala de aula tem uma grande e valiosa ferramenta não mãos: a cultura humana. O professor precisa ter claro que a contextualização é fundamental para a interação entre as aprendizagens, pois dessa forma, o ato criador estabelece uma relação com as transformações do meio, seja de forma lúdica ou de forma objetiva. Salientar o conhecimento pré-existente dos alunos, possibilita meios de fundamentação para possíveis ações, que resultariam em sucesso no desenvolvimento de aprendizagens, possibilitando uma nova visão do contexto sociocultural.

O livro “A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais” publicado pelo Ministério da Educação menciona:

“A política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, não se resume apenas ao acesso à matrícula e a permanência desses alunos no mesmo espaço físico que os demais. É um desafio aos sistemas de ensino para que revejam seus paradigmas e encontrem alternativas educacionais que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas “(1996, p.45).

Partido do pressuposto que a inclusão de pessoas com necessidade especiais torna-se um desafio e que requer inovações e adaptações que contribuam para a aprendizagem, posso citar, por exemplo, uma experiência vivenciada numa

escola da rede pública de ensino de Brasília, localizada na cidade de Sobradinho – Distrito Federal, onde trabalhei no ano letivo de 2010. Nesta escola, houve uma grande evolução acadêmica em turmas inclusivas que vivenciaram experiências com jogos teatrais contextualizados, de modo a beneficiar a aquisição do currículo previsto para a turma em questão.

Trata-se de uma escola inclusiva que se baseia no respeito ao próximo, solidariedade humana e valorização das diferenças. Nela é oferecido o Ensino Fundamental 1ª ao 5º ano em turno integral incluindo educação especial em todos os níveis para alunos com necessidade educacional especial, dentre as quais deficiência mental, deficiência auditiva e hiperatividade.

Durante o ano letivo mencionado, foram desenvolvidas atividades que envolviam jogos teatrais na perspectiva do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, pela possibilidade de fortalecer a relação inclusiva do grupo de maneira descontraída e envolvente, de modo a promover a consolidação de valores humanos com a finalidade de ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano escolar, visto que, a escola possuía alunos com necessidades educacionais especiais em todas as séries.

Para trabalhar desta forma, Boal defende que a escola precisa acreditar que o “ensino é transitividade, democracia, diálogo, o Teatro do Oprimido cria o diálogo, busca a transitividade, interroga o espectador e dele se espera uma resposta. O teatro do oprimido procura desenvolver o desejo de criar espaço no qual se possa, criar aprender, ensinar... transformar”. (Boal, 1980)

A escolha ocorreu pelo fato de possibilitar a sensibilização do grupo quanto à importância de uma pacífica convivência para a formação básica do cidadão através do oferecimento de conhecimentos, habilidades, formação de atitudes e de valores. Como descreve Boal quando explica que: “O teatro deve modificar o espectador, dando-lhe consciência do mundo em que vive e do movimento desse mundo. O teatro dá ao espectador a consciência da realidade” (1979, p. 22). Sendo assim defende que “o mais importante é fazer um teatro que tenha a perspectiva do povo, a perspectiva da mudança” (1977, p. 27).

Nesta circunstância, o teatro do oprimido quando utilizado na inclusão de jovens com necessidades educacionais especiais possibilita um diálogo expressivo quanto à transformação de valores e perspectivas relacionadas a opiniões pré-concebidas de incapacidade em decorrência a necessidade especial. Dessa forma,

fortalece a consciência de que qualquer indivíduo é capaz de aprender e ensinar ao compartilhar experiências.

As vivências que proporcionaram a possibilidade de aprender o teatro propiciaram uma consciência crítica da realidade nas turmas envolvidas nesta escola, na qual se observou uma mudança com relação à postura dos alunos frente à inclusão.

Os educandos envolvidos apresentaram um nível de amadurecimento elevado e superior para idade/série em que foram utilizadas as técnicas teatrais. Outro ponto observado foi à questão do respeito ao próximo, valores humanos fortalecidos por preceitos alteritários. Os alunos que estudaram a contextualização pela abordagem teatral, caminharam positivamente em prol da conquista da habilidade de relacionar-se com o outro de forma respeitosa, com valores éticos baseados na dignidade humana, no respeito às diferenças, na igualdade de direitos e na solidariedade, como mostra a FIG. 1 apresentada abaixo.

**Figura 1: Socialização de abordagem teatral em Língua de Sinais para alunos surdos realizada na Escola Classe Lobeiral localizada em Sobradinho, Brasília – DF.**



Esta experiência propiciou uma relação inclusiva fortalecida com valores morais que envolveram a exploração, interação e percepção das próprias características e do próximo. Nas turmas envolvidas houve uma significativa

evolução quanto à sensibilização, atenção, concentração, melhora na percepção do outro, noção de grupo, autonomia, disciplina, criatividade, valorização da arte, interação, memória, prontidão, agilidade e capacidade de exposição diante do grupo.

Os encontros teatrais eram culminados com momentos de reflexão sobre os jogos trabalhados e tempestade de ideias sobre as situações vivenciadas no decorrer dos jogos. Neste momento era possível compartilhar os pontos de vista individual e coletivo, abrindo espaço para uma auto avaliação dos conhecimentos adquiridos com tal experiência. As reflexões eram conduzidas para uma análise de valorização e resgate de valores primordiais para a boa convivência, que primassem por uma relação alteritária livre de pré-julgamentos, baseada no respeito, consideração e confiança. Frisava-se sempre que não somente no teatro, mas em tudo na vida, o exercício da alteridade deveria estar presente em todas as relações. Sendo fundamental agir com o outro como gostaríamos que agissem conosco.

Sendo assim, esta experiência demonstrou que o teatro realmente é libertador e nos desperta para a realidade levando-nos a reinventar nossas experiências de vida com maior sensibilidade, compreendendo, assim, que a transformação social e educacional se expressa dentro da relação, criação e inovação de um grupo. Para Boal “A sinergia criada pelo teatro do oprimido aumenta o seu poder transformador na medida em que expande e se entrelaça diferentes grupos de oprimidos: é preciso conhecer não apenas as suas próprias, mas também as opressões alheias.” (2005, p. 16). O fortalecimento do grupo diante da socialização com os demais integrantes da escola pode ser vivenciado em minha prática docente, conforme FIG.2, numa apresentação da peça “O canto de Bento” com abordagem voltada à deficiência auditiva. Para esta apresentação, foram realizados ensaios e jogos teatrais que possibilitaram a flexibilização e desenvoltura dos alunos com necessidades especiais.

**Figura 2: Peça "O canto de Bento" realizada na Escola Classe Lobeiral localizada em Sobradinho, Brasília – DF.**



Os temas abordados, normamente surgiam da própria necessidade da comunidade escolar. Assuntos e questões que instigavam os próprios alunos, bem como, dúvidas relacionadas a deficiências sensoriais, dentre elas, auditiva e visual. Outras questões também fundamentadas eram situações relacionadas a condutas discriminatórias associadas muitas vezes a falta de informação. Sendo assim, o teatro proporcionava abordagens reflexivas que fomentavam novas condutas quanto a valores primordiais para a relação humana, possibilitando que os alunos ao apreender a fazer teatro, reinventassem sua condição de cidadão capaz e ativo considerando a limitação individual.

Segundo os PCN - Artes o teatro “favorece aos jovens e adultos a possibilidade de compartilhar descobertas, ideias, sentimentos, atitudes, ao permitir a observação de diversos pontos de vista, estabelecendo a relação do indivíduo com o coletivo e desenvolvendo a socialização.” (1998, p. 88)

Nesse contexto, o teatro possibilita uma troca de experiências socioculturais que contribuem para o desenvolvimento amplo do aluno, de maneira a favorecer sua atuação social como cidadão crítico, o professor pode usufruir de diversos recursos metodológicos para sua concretização.

“Muitos recursos pedagógicos podem ser utilizados no sentido de minimizar as limitações funcionais, motoras e sensoriais dos alunos, facilitando o processo de ensino aprendizagem. O professor deve ser o principal idealizador desses recursos, tendo, para isso, a máxima atenção em observar o aluno buscando identificar a necessidade de cada um. Todo e qualquer recurso que venha a beneficiar o aluno, pode ser utilizado, desde que sejam respeitados seus desejos, a dinâmica do ambiente e a necessidade especial do aluno”. (MEC, 2006, p. 48).

Dentre as diversas possibilidades de recursos pedagógicos para a utilização do teatro na inclusão de pessoas com necessidades especiais, o professor deve adaptar-los conforme a necessidade existente, por exemplo, recursos tecnológicos como filmadora, computador, softwares, aparelhos de áudio e vídeo, entre outros que facilitem e promovam uma interação de todo o grupo.

O uso da tecnologia contribui de forma positiva para uma efetiva participação e interação de alunos com necessidades especiais, se pensarmos que o computador, o vídeo e os aparelhos sonoros permitem um tipo de comunicação criativa entre colegas, contribuindo para a produção de materiais artísticos. Essas tecnologias também estão presentes na linguagem teatral e podem ser usadas como uma alternativa que permite à pessoa com limitações físicas, mentais e/ou sensoriais, por exemplo, colaborar com o espetáculo por meio de um vídeo previamente gravado. Como também o uso de sonoplastia e apoio quanto ao figurino e à organização do palco numa situação de encenação, seriam formas de interação para alunos em condições que os impeça de ingressar diretamente na cena. No entanto, independentemente de posição assumida, todos tendem a usufruir satisfatoriamente da experiência criativa vivenciada. Dessa forma exemplifico com a FIG. 3 referente ao registro de encenação com abordagem inclusiva para pessoas com necessidade educacional especial, realizada por alunos do 3º ano do ensino fundamental, com participação de aluno surdo.

**Figura 3: Encenação realizada na Escola Classe Lobeiral localizada em Sobradinho, Brasília – DF.**



## CAPÍTULO 3: GRUPOS TEATRAIS ESPECIAIS – EXEMPLOS DE SUPERAÇÃO

### 3.1 Companhia Arte & Silêncio

A “Cia. Arte & Silêncio” é uma companhia paulistana inovadora de teatro com atores surdos, que realiza peças teatrais que abordam a inclusão de pessoas com necessidades especiais..

Foi fundada em 2003 por dois irmãos surdos, Rimar Romano Segala e Sueli Ramalho, bastante conhecidos nas comunidades surdas brasileiras. Eles se apresentam utilizando as técnicas da mímica e do clown, adaptadas à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Realizam apresentações em escolas, programas de televisão, universidades, empresas e organizações visando levar arte para todos , “derrubando mitos e preconceitos, deixando claro que, superadas as dificuldades todos são obviamente iguais e enriquecedoramente diferentes”. (Cia Arte e Silêncio). Dentre seus espetáculos está a peça “Orelha” (FIG.4 e 5)

**Figura 4: Peça "Orelha" encenada pela Cia. Arte & Silêncio, de São Paulo**



Rimar é mímico, clown e surdo profundo desde que nasceu. Sua irmã Sueli também surda desde que nasceu é atriz, diretora, intérprete, tradutora, membro da

Academia Brasileira de Língua de Sinais do Rio de Janeiro, arte-educadora na Uni Sant'Anna, poliglota em 32 línguas de sinais, formada em letras espanhol e letras-libras. Para ela o teatro é um grito de libertação silencioso. Libertação do preconceito, da dependência e, principalmente, libertação do estigma limitante carregado pela pessoa com deficiência.

**Figura 5: Peça "Orelha" encenada pela Cia. Arte & Silêncio, de São Paulo**



O grupo desenvolve trabalhos de pantomima de modo que a linguagem corporal possibilita a reflexão e a autoanálise quanto à convivência sociocultural, intermediando a comunicação entre os participantes. Os atores utilizam situações da vida cotidiana para criar seus espetáculos e fomentar a interação entre os atores e público, tendo como objetivo subsidiar a relação em prol de um aprendizado significativo.

Em suas atuações na sociedade em geral, o grupo promove também oficinas que estimulam exercícios para o reconhecimento de si e do outro, da própria imagem e sua conversão em outras, construção de objetos com o corpo, imitação de animais, narração de histórias e de fatos reais e hipotéticos, desenvolvimento da imaginação e da autoexpressão.

Para a Cia Arte & Silêncio:

“o teatro ainda é o veículo artístico de comunicação mais direta, humana e objetiva que existe no mundo das artes. Ele conta com a rapidez e a profundidade de uma conversa entre duas pessoas, utilizando-se dessa intimidade e do bom humor para tocar pontos profundos e nevrálgicos da sociedade. Por esse motivo, escolhemos o teatro como forma de chegarmos até as pessoas divertindo-as, e claro, levando-as a um processo reflexivo, que é o que realmente nos interessa. Como nosso elenco é formado por atores surdos e ouvintes. Realizamos ao final do espetáculo um debate de dez minutos, o que tem se mostrado uma experiência extremamente enriquecedora para ambos os lados. O espetáculo conta com uma estrutura extremamente simplificada, para que possa ser realizado até mesmo numa pequena sala de professores”. (2007)

O teatro de surdo possui uma expressividade fenomenal, falam com o corpo a todo o momento e quando desempenham trabalhos como de professor ou ator, fascinam pela superação e competência, de modo que a expressão por meio do movimento superando a ausência da fala. Normalmente quando desenvolvem atividades com ouvintes, utilizam também uma linguagem gestual diferentemente dos sinais usados na Língua Brasileira de Sinais, o que os faz atingir os objetivos de ser compreendido levando a reflexão.

### 3.2 Projeto PÉS?

O Projeto PÉS? é um projeto de extensão do Instituto de Artes (IdA) da Universidade de Brasília (UnB) que prima pela criação de números teatrais para pessoas com deficiência de física, sensorial ou intelectual em prol da sistematização de um trabalho corporal expressivo como mostra a FIG.6 e 7.

**Figura 6: Ensaio por Rinaldo Morelli.**



Seu idealizador, Rafael Tursi, conta que foi a partir de um acidente com uma amiga que ficou tetraplégica que ele começou a perceber a carência de opções de dança e teatro para pessoas nessa situação. Em uma entrevista dada ao Jornal de Brasília em março de 2011 relata: “Uma amiga ficou tetraplégica e percebi, em seu tratamento, que havia muitas atividades esportivas para essas pessoas, mas pouca oferta de opções na dança e no teatro. O nome do projeto com a interrogação é justamente para questionar a necessidade dos pés para a expressão da arte”.

**Figura 7: Ensaio por Rinaldo Morelli**



De acordo com o site oficial do projeto “o processo de laboratório busca relacionar práticas de exercício corporal com a pesquisa de criação de movimento expressivo por pessoas com deficiência”. (<http://www.projetopes.com.br>)

Nesse contexto, a criação do movimento expressivo acontece pelas próprias pessoas com necessidade especial e não para as pessoas com necessidade especial. Ao possibilitar aos próprios portadores de necessidades especiais criarem seus movimentos, contribui para uma real experimentação e superação de dificuldades. Os movimentos não são ensinados e aprendidos por meio de uma repetição mecânica, mas sim, criados e elaborados a partir das necessidades dos próprios agentes.

Com isso, a experimentação torna-se significativa quanto às possibilidades de inovação com relação à atuação de cada um. O respeito mútuo norteia cada experiência teatral e fortalece o convívio de maneira a suprir dificuldades e instigar a buscar cada vez mais a superação, levando a auto avaliação por parte de todos os integrantes.

No trabalho, as práticas excludentes e discriminatórias com relação às pessoas com necessidades especiais são esclarecidas como comprovadamente equivocadas e errôneas, pois o potencial de cada integrante, independentemente da limitação que possua, é comprovado pela sensibilização para os movimentos, e a interpretação de cada participante.

Os encontros são semanais, onde são realizadas práticas de aquecimento e alongamento que possibilitam o relaxamento para uma efetiva participação e interação dos participantes. São realizados, também, exercícios corporais com o próprio corpo e ou objetos lúdicos como massa de modelar, balões, lenços e demais instrumentos que possibilitem a interação corporal e movimentos que intensifiquem as potencialidades de cada um.

Nessas condições, o projeto é considerado uma grande iniciativa contra o estigma de que pessoas com necessidades especiais não possuem potencialidades. Reforça a todo momento que todo e qualquer cidadão é capaz por meio da arte de se descobrir, interagir e aprimorar suas condições corporais e intelectuais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diversas mudanças educacionais vêm ocorrendo desde a época do Império, fundamentadas na concepção de direitos humanos e com a finalidade de acabar com qualquer tipo de discriminação para que saibamos respeitar ao próximo independentemente de qualquer característica que o diferencie.

O Ministério da Educação tem se empenhado cada vez mais, visando construir políticas públicas eficientes e verdadeiramente comprometidas com o acesso universal à educação e o desempenho de todos os alunos, todavia torna-se fundamental que continuem ocorrendo mudanças para aperfeiçoar e promover não somente a organização do ensino para atender as especificidades de cada aluno, mas principalmente para garantir um futuro digno e respeitável para cada um, considerado com necessidade educacional especial, ou não.

Entretanto, mesmo diante de tantos acordos, legislações internacionais e nacionais ainda existem processos de inclusão acontecendo de forma equivocada, pois ainda existem muitos profissionais necessitando de qualificação, o que acontece por falta de uma legislação que realmente seja concisa com relação à capacitação de educadores para atendimento educacional especializado às necessidades especiais.

Campanhas de conscientização quanto à importância do respeito às diversidades e a quebra de tabus com relação aos estigmas e pré-conceitos com relação ao potencial de pessoas com deficiências, podem ajudar bastante nesta luta contra o preconceito às pessoas com necessidades especiais. Visto que cada aluno é único e deve ser respeitado e valorizado quanto ao seu direito à escolarização em prol do exercício da cidadania. Quem se dispõe a educar deve assumir uma prática educacional inclusiva a partir da confiança, dedicação, respeito e comprometimento em valorizar a especificidade de cada educando.

O desempenho de atividades que integram o teatro e o atendimento educacional de pessoas especiais demanda comprometimento com o ensino e aprendizagem no sentido da criação de ambientes acessíveis, do desenvolvimento de projetos e atividades inclusivas, bem como oficinas de prática do teatro. Estas ações são indispensáveis para a remoção do preconceito e para a perspectiva de uma educação de qualidade para todos. É neste contexto que se torna imprescindível aprender teatro para a inclusão de pessoas com necessidades

especiais no sistema educacional e nos demais setores da sociedade para propiciar a reflexão e a construção da autonomia e visão crítica e respeitosa de mundo.

O processo ensino e aprendizagem sofre bastante influência quanto à utilização da prática teatral, pois esta contribui para modificar a forma de pensar e agir, rompendo com a dificuldade de relação interpessoal, promovendo assim uma maior capacidade de inclusão nos ambientes e grupos sociais.

Sendo assim, a importância de vivenciar o teatro para a sistematização de autonomia na forma de pensar e agir faz com que a aprendizagem por meio do teatro aguce a conduta de postura quanto à convivência humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BOAL, Augusto. 200 Exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRASIL, Ministério da Educação. Subsídios para a formulação da política nacional de educação especial. Brasília: 1993.

FÁVELO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac; MONTANO, Maria Teresa Eglér. Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FREIRE, PAULO. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

MEC, Secretaria de Educação Especial. Experiências educacionais inclusivas II: Direito a diversidade. Brasília: 2008.

MEC, Secretaria de Educação Especial. Programa educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: 2006.

MEC, Secretaria de Educação Especial. Saberes e prática da inclusão: Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: 2006.

MEC, Secretaria de Educação Fundamental. PCN: Apresentação dos Temas Transversais, Brasília: 1998.

MEC, Secretaria de Educação Fundamental. PCN: Arte, Brasília: 1998.

SPOLIN, Viola. Jogos Teatrais: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.

**Documentos:**

Constituição Federal de 1988

Convenção da Guatemala de 1999

Declaração de Jomtien de 1990

Declaração de Salamanca de 1994

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

Lei de Diretrizes e Bases 9394/96

Vade Mecum Acadêmico de Direito. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2008

**Sites:**

<http://www.ciartésilencio.com> Acessado em novembro de 2012.

<http://www.projetopes.com.br> Acessado em novembro de 2012.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3956.htm> Acessado em novembro de 2012.

<http://portal.mec.gov.br> Acessado em fevereiro de 2013.

<http://www.acessibilidade.net> Acessado em fevereiro de 2013.

<http://www.freibetto.org/index.php/artigos/72-alteridade> Acessado em novembro de 2012.